



Retalhos da memória familiar, retalhos da história rondoniense

Fragments of family memories, fragments of rondonian history

Aquilla Isaac Alves Prado Carmo Fernandes de Lima

Universidade Federal de Rondônia

RESUMO

Neste trabalho apresentaremos um estudo a partir da história oral onde reunimos memórias de um ex-membro da Guarda Territorial do Guaporé, Antonio Fernandes de Lima, a partir de entrevistas de seus familiares e análise de fontes literárias, especialmente a obra “Retalhos para a Memória de Rondônia” de Esron Penha de Menezes. Ressaltamos o papel invisibilizado de guardas de baixa patente e suas contribuições sociais, culturais e urbanas, associando os relatos à formação da identidade do estado de Rondônia. O artigo evidencia, ainda, a importância da memória familiar na reconstituição de trajetórias não oficiais e nas interações entre história local e nacional.

Palavras-chave: Retalhos para a História de Rondônia; Guarda territorial; Antonio Fernandes de Lima

ABSTRACT

In this paper, we present a study based on oral history, in which we gathered memories from a former member of the Guaporé Territorial Guard, Antonio Fernandes de Lima, through interviews with his family members and analysis of literary sources, especially the work “Retalhos para a Memória de Rondônia” (Patches for the Memory of Rondônia) by Esron Penha de Menezes. We highlight the invisible role of low-ranking guards and their social, cultural, and urban contributions, associating the reports with the formation of the identity of the state of Rondônia. The article also highlights the importance of family memory in the reconstruction of unofficial trajectories and in the interactions between local and national history.

Keywords: Pieces of Rondônia History; Territorial Guard; Antonio Fernandes de Lima

INTRODUÇÃO

No intuito de contribuir para o debate da história do estado, utilizou-se um conjunto de práticas de pesquisa usando os recursos de entrevistas, pesquisas biográficas e consulta de documentos, para que de maneira conjunta entregassem uma pesquisa concisa ao leitor, exaltando a importância do tema escolhido para ser debatido e argumentando para justificar sua importância.

Desta forma, esclareço que o artigo reúne informações desde o surgimento do território nos anos de 1940 até uma história recente e evoca as memórias de entrevistados de distintos períodos da história rondoniense, exclusivamente para narrar a história de um dos antigos membros da guarda, ao qual conviveram parte de suas vidas.

Como aluno do curso de História da Universidade Federal de Rondônia (UNIR), de Porto Velho, em abril de 2025, junto aos colegas da disciplina História Intelectual Latino-americana, fui estimulado a participar no Concurso de Artigos “História de Rondônia, da Justiça e da Amazônia”, organizado pela Escola da Magistratura do Estado de Rondônia (EMERON).

O objetivo era colocar em prática as ferramentas teórico-metodológicas da disciplina para pesquisar o acervo doado pelo Professor Doutor Dante Ribeiro da Fonseca a essa instituição. A partir de então até a entrega deste artigo, as atividades se intensificaram para consultar e refletir sobre um dos 1477 livros doados. Após várias visitas ao Centro Cultural de Documentação História e Memória do Judiciário de Rondônia – onde encontra-se parte desse acervo –, um livro chamou a minha atenção: Retalhos para a História de Rondônia, de Esron Penha de Menezes (1980).

Ao folhear suas páginas, memórias individuais e familiares vieram à minha mente sem uma ordem lógica e carregadas de significados que davam sentido à escrita daquele texto. Eu mesmo, encontrava-me na minha história pessoal e familiar, inserido na história rondoniense.

É a partir de um interesse local, subjetivo e simples, o passado familiar e suas relações com o mundo externo a ela, apresentando-se na noção de esfera oculta (THOMPSON, 2002, p. 17), que repousa o objeto do presente artigo, assim como o interesse na memória daqueles que já se foram, a partir dos relatos daqueles que ficaram, mas não conseguiram externalizar suas vivências e experiências que não foram registradas, seja por meio de materiais gravados (áudio ou audiovisual) ou através de uma escrita de si (diários, memórias, autobiografias).

DESENVOLVIMENTO

Cabe a esta investigação, através da escrita de Esron Penha de Menezes em Retalhos para a História de Rondônia, levantar informações sobre a Guarda Territorial que auxiliem tanto na construção da memória de um ex-membro da guarda, Antônio Fernandes de Lima (1917-2012), que serviu durante vários anos de sua vida a tal corporação, como a costurar o “retalho” constituído pela trajetória desse indivíduo aos tantos outros pedaços que compõem a história rondoniense. A pesquisa foi concebida a partir da fonte literária citada acima, em diálogo com outras fontes bibliográficas que auxiliaram na contextualização histórica e na abordagem das fontes orais de membros de gerações diferentes, mas que fizeram parte do ciclo de vida de Antônio Fernandes de Lima.

Contextualizando as fases que a região do atual Estado de Rondônia atravessou ao longo do processo institucional político, o autor detalha o dispositivo de criação dos territórios federais do Amapá (atual estado do Amapá), Rio Branco (atual estado de Roraima), Ponta Porã (hoje parte do estado do Mato Grosso do Sul), Iguaçu (partes que hoje são dos estados do Paraná e Santa Catarina) e o território do Guaporé (atual estado de Rondônia), pela Lei nº 5.812 de 13 de setembro de 1943, assinada pelo então presidente Getúlio Vargas (MENEZES, 1979, p. 150-152), quem já havia passado por Porto Velho em outubro de 1940 (MENEZES, 1980, p. 130; SILVA JUNIOR, 2021, p. 44). Poucos dias depois, era atribuído ao governador o encargo de criar e organizar a Guarda Territorial, através do Decreto-Lei Nº 5.839 de 21 de Setembro de 1943 (MENEZES, 1980, p. 155). O decreto responsável por estruturar a organização administrativa do novo território foi assinado pelo primeiro governador do Guaporé, Aluísio Pinheiro Ferreira, através do Decreto nº 01 de 11 de fevereiro de 1944 (SILVA JUNIOR, 2021, p. 45).

Neste percurso temporal, podemos observar as transformações históricas a nível *glocal*¹, em que acontecimentos como a Segunda Guerra Mundial, a deposição de Getúlio Vargas em 1945 e sua volta via eleição direta em 1951, bem como as disputas derivadas da Guerra Fria, repercutiam no Brasil e, em particular, no território do Guaporé. Todavia, podemos observar que o apelo do “projeto modernista ufanista” na cultura, a operar desde o Estado Novo, era mais alinhado ao Estados Unidos da América. Com caráter nacionalista, buscava-se uma identidade

¹ O conceito é trazido por Luque Azcona (2003, p. 2) para se referir “a uma história regional, local ou inclusive uma micro-história que considera as interações e os impactos globais”, focada em relações e lugares que “reflita encontros, choques, diferenças e convergências”.

brasileira “consagrando a tradição” e os “símbolos” (VELLOSO, 1987, p. 44). Por isso a escolha do nome Guaporé² que, vindo do rio fronteiriço do estado com a Bolívia, não possui um significado seguro – somente hipóteses – mas representava a aplicação prática do projeto intelectual nacionalista em todo o território.

Anos mais tarde, com a tramitação do Projeto de Lei nº 252/1955 (BRASIL, 1955) na Câmara Federal, para fixar a mudança do nome do território federal do Guaporé para Território Federal de Rondônia, volta-se a discutir a questão identitária. A justificativa do deputado Áureo de Mello (Partido Trabalhista Brasileiro do Amazonas), que visava uma homenagem ao Marechal Cândido Rondon, considerava “inadequado” o nome Guaporé, por não ser o principal rio “daquelas terras”. Novamente, a situação apresentava justa afinidade, ainda nos anos 50, com aquilo que Velloso (1987) discute a respeito da busca pela brasiliade e uma identidade nacional, consagrando assim, neste outro caso, o heroísmo de Rondon. Após transitar o sistema bicameral, a proposta se tornou norma jurídica a partir da Lei nº 2.731 de 17 de fevereiro de 1956 e sem vetos por parte do presidente Juscelino Kubitschek.

Adiantando a leitura, com ricos retalhos de fatos históricos dessa região compostos pela escrita do capitão amazonense³, o livro de Menezes foi sugestivo e quase “profético”, como se previsse que o território viria a ser ente federativo, se considerarmos o fato de ter sido escrito em 1979 (e publicado em 1980) com diversas informações retrospectivas de instituições e da legislação que funcionavam sobre o território – além de considerar outros aspectos. O território federal foi elevado à categoria de estado em 1981, num estreito lapso de tempo após o lançamento da obra.⁴

Sobre a Corporação da Guarda Territorial, ainda que constituída a partir de

² É certo que o nome Guaporé seja de origem indígena porque segundo Avacir Gomes dos Santos Silva (2012) ele aparece em algumas crônicas que indicam ser o nome de “uma nação que vivia em suas margens” (SANTOS SILVA, 2012, p. 133).

³ Eson Penha de Menezes nasceu dia 13 de dezembro de 1913, em Humaitá - AM. Em 1932 foi voluntário do Exército Brasileiro na Revolução Constitucionalista. Ajudou a organizar a Guarda Territorial do Guaporé a convite do Ten. Madeira Campo em 1944. Indicado para fazer o curso de Bombeiro Técnico em 1952, promovido a Capitão, se tornou o primeiro Comandante do Corpo de Bombeiros. Foi Delegado de Polícia em 1953, escrivão eleitoral em 1958, também foi assistente militar do Governador Paulo Nunes Leal, em 1960 foi Delegado do Governo do Território junto às firmas construtoras da BR 029 - atual BR 364. (SILVA JUNIOR, 2021)

⁴ Pela Lei Complementar nº 41, de 22 de dezembro de 1981, estabeleceu-se: “Art. 1º - Fica criado o Estado de Rondônia, mediante a elevação do Território Federal do mesmo nome a essa condição, mantidos os seus atuais limites e confrontações.” (BRASIL, 1981).

fatos políticos (SOUZA, 2011, p. 2), o autor de “Retalhos...” apenas considera os principais nomes da instituição, como os dos tenentes Antônio Ribeiro Madeira Campos e João Adão Kulosa, ou dos inspetores Sebastião Araújo Lima, Osvaldo Távora Buarque, Guilherme Cavalcante de Sá Gouveia e outros nomes destacados (MENEZES, 1980, p. 215). Porém, esta obra possui partes de histórias que ainda podem ser contadas, abrindo um grande campo de possibilidades, como por exemplo: quem eram os 40 chefes de guardas? E quem eram os 600 guardas que deveriam, inicialmente, compor a guarda (MENEZES, 1980, p. 215)? Onde essas pessoas viviam? O que elas faziam em suas horas de trabalho e nas de descanso? Como se dava sua remuneração? Desta maneira, reside no objetivo do presente artigo, o intuito de contribuir para que a memória de um de tantos outros guardas, como o caso de Antônio Fernandes de Lima (que não se encontra no livro do Capitão Esron por se tratar de alguém que não possuía alto grau hierárquico), venha a preencher parte da história da Guarda Territorial e de Rondônia. A estratégia metodológica para reconstruir esses fragmentos emaranhados de histórias individuais e familiares foi a partir da história oral, considerando os relatos de pessoas próximas do principal personagem deste artigo. Para isso, foram realizadas várias entrevistas a familiares, que foram gravadas e autorizadas para cumprir com os propósitos desta pesquisa.

Antonio Fernandes de Lima nasceu no dia 27 de março de 1917, no estado do Ceará, na cidade de Juazeiro do Norte, poucos anos depois de sua elevação ao status de cidade em 1911 (CEARÁ, 1911). A sua infância é lembrada por sua filha mais velha, Maria Fernandes dos Santos, de 85 anos⁵, dizendo que ele relatava sobre as condições da vida sertaneja, a morte da mãe quando ele ainda era pequeno em idade e também sobre a cultura religiosa tradicionalista, que coincidiu com o período do Padre Cícero:

A infância dele que eu sabia, no caso é, que ele, o pai dele, ficou viúvo com dois filhos pequenos, que era ele e o tio Francisco, então ficou ali, aí meu avô casou novamente. [...] O pai dele mesmo era agricultor, né? Meu avô era agricultor, trabalhava na agricultura. E meu pai, meu tio não ‘sabia’ fazer nada a não ser, no caso, ajudar o ‘vo’ né? O pai dele. [...] Ele (Antonio) era católico até depois de casado. [...] Ele contava muito do Padre Cícero, do Juazeiro. Ele contava, né? Porque meu avô era muito católico e eles iam muito pra missa, né? E tinha uma, acho que é novena que eles falam, que eles iam pra igreja à noite. Ele contava que dia de Natal, ‘pro’ Natal, né? Diz que aí, olha, diz que era gente, que parecia que ia a cidade toda ia pra igreja católica, não cabia o povo na igreja e ficava muita gente fora mesmo, né? [...] Meu

⁵ Nascida no dia 18 de julho de 1939, Maria Fernandes dos Santos é a primeira filha de Antonio Fernandes de Lima com Maria Umbelina dos Prazeres.

avô era demais católico e Padre Cícero para eles lá, era tudo. (Entrevista com Maria Fernandes dos Santos, por Aquilla Isaac Alves Prado Carmo Fernandes de Lima, Porto Velho, 21/06/2025).

Em outra entrevista, o filho mais novo do segundo casamento do ex-guarda, Abraão Fernandes de Lima, de 55 anos⁶, relata que seu pai lembrava de momentos desafiadores durante a infância no sertão nordestino, tais como o acesso até a escola e a vida campesina, que iniciou-se muito precocemente.

É... ele contava que... tinha uma época que ele tinha... que ele ia pra escola de chinelo, e uma vez ele tropeçou cortou o dedo do pé, mesmo assim ele continuou e foi pra escola. É... isto. Ele participou da aula mesmo com o pé machucado, cortado, né? Também ele contava que desde os cinco anos trabalhava como o pai dele, na roça. (Entrevista com Abraão Fernandes de Lima, por Aquilla Isaac Alves Prado Carmo Fernandes de Lima, Porto Velho, 27/06/2025).

Antonio cresceu no sertão do Cariri e ao cotejar as datas e locais das memórias dos entrevistados, é possível considerar a “contemporaneidade” entre ele e a figura mítica de sua cidade natal. Ainda que distantes a maior parte do tempo, o encontro entre o santo popular brasileiro com o protagonista desta pesquisa aconteceu, pelo menos, no plano simbólico devido à participação e ao envolvimento de Josué Fernandes de Lima, seu pai, nas atividades da igreja.

Anos mais tarde, já com os seus dezesseis anos e junto ao seu irmão Francisco, com catorze, ambos frutos do casamento com Maria Romana da Rocha⁷, foram incitados a saírem de casa pelo seu pai viúvo Josué Fernandes de Lima, e encontraram serviços de roçado em uma chácara da região, onde Antonio conheceu e casou-se com a filha do dono da propriedade, Maria Umbelina dos Prazeres, tendo dois filhos no final dos anos 30.⁸

Quando o meu pai fez dezesseis anos, completou dezesseis anos, ele tinha um irmão dele que era mais novo, ele ‘tava com quatorze, né? Era dois anos mais novo que o meu pai. Aí o que meu avô fez, mandou os dois saírem de casa, se virar, saíram sem nada, com a roupa do corpo, no caso, né? Saíram os dois sem saber o

6 Nascido em 08 de março de 1970, é filho do segundo casamento de Antonio Fernandes de Lima com Firmina do Carmo Lima.

7 Ver: "Crato, Ceará, Brazil registros," Imagens, FamilySearch, imagem 14 de 111; Igreja Católica. Diocese de Crato (Ceará). Número do grupo de imagens: 004129094. Disponível em: <https://www.familysearch.org/ark:/61903/3:1:9392-9R91-NV?view=explore> : 22 de jun. de 2025. Acesso em: 03 jun. 2025.

8 Entrevista com Maria Fernandes dos Santos, por Aquilla Isaac Alves Prado Carmo Fernandes de Lima, Porto Velho, 21/06/2025.

que fazer. Aí meu pai... foi numa chácara, saiu, foi lá procurar serviço em chácara. (Entrevista com Maria Fernandes dos Santos, por Aquilla Isaac Alves Prado Carmo Fernandes de Lima, Porto Velho, 21/06/2025).

Já nos anos de 1940, seguindo as recordações de seus descendentes, dom Antonio foi para o Acre devido às dificuldades no interior do Ceará, justamente no período conhecido como o “segundo surto da borracha” (LIMA, OGANDO e NASCIMENTO, 2025, p. 50). Ali, com o passar do tempo, se tornaria parte da Guarda Territorial acreana, razão pela qual viria para o território federal do Guaporé para exercer funções militares na região vizinha. Em meados dessa década, sua primeira esposa faleceu e o viúvo se casou novamente, desta vez, com Firmina Gomes do Carmo.⁹ Após esses percursos pela Amazônia, Antonio Fernandes de Lima voltou para o Ceará, onde permaneceu durante certo período, voltando novamente para a região norte e adotando Porto Velho como destino final:

Então, quando eu tinha uns sete anos, no caso, minha mãe faleceu. Um ano depois meu pai casou. Minha mãe faleceu no Acre. Meu pai morava no Ceará mudou ‘pro’ Acre, chegou no Acre, em seguida minha mãe adoeceu e faleceu, né? Aí dez meses depois ele casou a segunda vez, com a minha madrasta. [...] Aí, então, no Acre, quando ele chegou lá no Acre, ele foi trabalhar na polícia. Na polícia, né? O emprego dele foi na polícia. Aí ele trabalhou um bom tempo. [...] Construiu uma casa de madeira, até boazinha, né? Depois dessa casa ele ficou mais um tempo ali e depois ele resolveu voltar pro Ceará. [...] Em Porto Velho ficou um tempo e de Porto Velho foi pro Ceará. No Ceará ele ficou dois anos. [...] Aí voltou pra Porto Velho, aí em Porto Velho ele voltou pra Polícia, foi ser policial de novo. Aí ficou bastante anos como soldado da polícia. (Entrevista com Maria Fernandes dos Santos, por Aquilla Isaac Alves Prado Carmo Fernandes de Lima, Porto Velho, 21/06/2025).

As informações são corroboradas por outra memória familiar, a da prima de sua segunda esposa que manifestou que Antonio havia sido guarda no Acre antes de ingressar na guarda do território do Guaporé e que já era guarda quando casou em segundas núpcias “lá no Acre”.¹⁰

É observado que no Guaporé, assim como no Acre, o papel da guarda se desenrolava não só na função policial ostensiva e judiciária (OLIVEIRA, 2013. p.

⁹ Passou a ser Firmina do Carmo Lima (1927-2015), estando casada até o falecimento de Antonio Fernandes de Lima em 8 de dezembro de 2012. Tiveram 11 filhos dos quais 8 estão vivos, mais a filha do primeiro casamento, sua enteada.

¹⁰ Entrevista com Maria Leandra dos Anjos, por Aquilla Isaac Alves Prado Carmo Fernandes de Lima, Porto Velho, 14/06/2025.

23), mas também em outras funções. A lista de atividades apresentada por Menezes (1980) pode ser ampliada a partir da contribuição mais recente de Silva Júnior (2021):

Os Guardas Territoriais eram encarregados de vários serviços no Território, desde vigilância e manutenção da ordem, à limpeza das ruas da cidade, limpeza de igarapés, limpeza nas oficinas da EFMM, construção e conservação de edifícios, estradas e caminhos, embarque e desembarque de mercadorias e produtos no cais do porto, na cooperativa dos seringalistas, nos ensaios de agricultura, corte de lenha para abastecimento da usina de eletricidade, dos trens da Madeira-Mamoré e, também, de todos os trabalhos de utilidade pública relacionados com saneamento, transporte, povoamento, colonização e incrementos da produção do Território, dirigidos pelos Chefes de Guardas. (SILVA JUNIOR, 2021, p. 72).

No caso acreano, segundo Sandra Sales de Oliveira (2013), acerca dessas funções desenvolvidas:

São dados que não estão registrados fisicamente, porém estão gravados nas memórias daqueles que trabalharam nessa construção e que com suas lembranças tornam evidente o papel desempenhado pela Guarda Territorial do Acre. Os guardas trabalhavam, inclusive, para suprir as necessidades de mão-de-obra na construção civil, quando o governo precisava erguer prédios públicos. (OLIVEIRA, 2013, p. 23)

Segundo Maria Fernandes dos Santos, seu pai recebia um salário por parte de sua função que não cobria as despesas da família, pelo que, nas horas vagas, o guarda Antonio desempenhava trabalhos de fotografia em festas de aniversário e de casamento, ou em qualquer ocasião em que seu trabalho fosse solicitado, ele o realizava. O sujeito já tinha conhecimento das técnicas de registro fotográfico antes mesmo de ser parte da guarda territorial, ainda no Ceará, vindo a se constituir em uma alternativa de subsistência familiar:

Aí foi quando ele aprendeu a fazer fotografia. Andava com as máquinas fotográficas grandonas, sabe? Com tripé e colocava a máquina naquele tripé, tirava foto e fazia ele mesmo, fazia as fotos em casa, sabe? Ele tinha o material e produzia tudo ali, aí eu sei que... foi vivendo assim.

[...] Daí ele trabalhou, um bom tempo, ele trabalhava também com fotografia. Nas horas de folga, ele trabalhava com fotografia, né? Era fotógrafo. E... Que que mais meu Deus...!? Então, eu sei que se a vida, assim, ele... passou um bocado de dificuldade, né!? Porque ele era da polícia, ganhava pouco.

[...] Na época não tinha tanto... era conhecido em Porto Velho porque, quando tinha casamento, aniversário, batizado, o povo convidava, ele ia, né!? A gente falava pra ele ir. E ele ia e tirava fotografia... do povo. Aí ele mesmo fazia as fotos em casa, sabe? Ele mesmo... Como

é que falava...? Como é que fala, fazer as fotos? Revelava! Isso mesmo. (Entrevista com Maria Fernandes dos Santos, por Aquilla Isaac Alves Prado Carmo Fernandes de Lima, Porto Velho, 21/06/2025).

Menezes (1980) não oferece informações sobre a questão salarial dos guardas territoriais do Guaporé – quais eram os valores salariais que os efetivos recebiam mensalmente ou se esses valores eram suficientes para sua subsistência e de suas famílias. Apenas Silva Júnior (2021, p. 47) menciona que, entre as “vantagens” para os recrutas, em troca de seu serviço, figurava o pagamento de um ordenado (sem especificar valores), o fardamento e a alimentação. Todavia, baseado em Oliveira (2013), a partir dos relatos de outros ex-guardas da região do Território Federal do Acre, é possível observar que essa era uma das realidades a nível geral dos agentes que operavam na guarda de ambos os territórios, uma vez que, da mesma forma que Antonio Fernandes de Lima, os guardas territoriais tinham que complementar suas rendas desempenhando atividades externas à função policial para garantir um maior sustento para suas famílias. Mesmo assim, a Guarda Territorial constituía uma segurança salarial permanente nesse período de escassez de opções laborais.

Considerando a referência que Oliveira (2013) traz sobre o trabalho da Guarda Territorial do Acre, surge a mesma realidade histórica: apesar de não suprir todas as suas necessidades, o salário de guarda territorial oferecia um marco de segurança aos funcionários da corporação. No entanto, segundo seus próprios discursos, essa segurança não era plena deixando clara sua fragilidade, tendo em vista que o tratamento que recebiam de seus superiores era baseado na disciplina e na obediência, e caso cometessem transgressões seriam punidos ou exonerados (OLIVEIRA, 2013, p. 97).

O posto de trabalho dos guardas variava de acordo com a demanda do serviço que fosse requisitado, seja interno ou externo, em postos militares ou prédios públicos, também era comum tirar serviço de guarda. Presente nas memórias familiares, dois dos entrevistados relatam que o Palácio Getúlio Vargas no centro da cidade, sede administrativa do Território Federal naquela época e hoje o Museu da Memória Rondoniense, era um dos locais de trabalho de Antonio Fernandes de Lima.

Lembro do seu Antoin, quando ele dava plantão lá, num sei se era no Palá... acho que era no Palácio. Aí os guardas ficavam do lado de fora, do Palácio, num entrava, ficava do lado de fora. E era tudo em pé. Aí só que, tinha a redução, passava é de seis em seis hora...

fazia a troca. Aquele que ia descansar e vinha outro. Assim passa a noite ali no Palácio. (Entrevista com Maria Leandra dos Anjos, por Aquilla Isaac Alves Prado Carmo Fernandes de Lima, Porto Velho, 14/06/2025).

Maria Fernandes dos Santos afirma que antes de virem para Porto Velho, enquanto guarda territorial no território vizinho, seu pai também fazia a guarda do Palácio do Governo acreano e conta estórias do que ocorria enquanto exercia sua função de guarda do prédio, da sua atuação com poder de polícia chegando a prender um suspeito e conduzi-lo sozinho até a delegacia. Já em Porto Velho, a entrevistada confirma uma vez mais que o trabalho de dom Antonio era nas ruas:

Ah! No Acre eu lembro que ele trabalhou no... tirava serviço, uma época, né? No... Ai meu Deus! O Palácio do Governo. Ele ficava a noite lá, sabe? De vigia. Eu lembro, num esqueço, porque uma vez ele falou, que ele estava de serviço e ele sentou no canto lá, assim, num corredorão lá que tinha, sentou e ficou cochilando. Nisso o governador entrou no palácio, de noite. Eu acho que o governador andava mei desconfiado. E meu pai tava lá dormindo, assim, sentado... Áí ele falou “Dormindo, soldado?” O meu pai falou “Não, senhor! Es-tou pensando.”

[...] Áí ele contava uma também, que ele foi buscar um cara, prender um cara lá no Acre, um cara que morava na beira do rio... numa chácara... e mandaram ele ir buscar aquele cara lá sozinho. Prender e trazer pra cidade, pra cadeia. E ele foi sozinho.

[...] Em Porto Velho ele tirava serviço nas ruas, mesmo. Até à noite ele trabalhava. (Entrevista com Maria Fernandes dos Santos, por Aquilla Isaac Alves Prado Carmo Fernandes de Lima, Porto Velho, 21/06/2025).

Do mesmo modo, as lembranças de Abraão Fernandes de Lima dizem respeito às memórias do pai, uma vez que suas memórias mais tenras são posteriores à aposentadoria do guarda, mas tratam das atividades desempenhadas por dom Antonio em Porto Velho. Entre as recordações resgatadas, o entrevistado afirma que seu pai fez parte das operações que envolviam o combate a um incêndio no centro da cidade, no prédio do Instituto Maria Auxiliadora, a prisão de um suspeito de espionagem nazista e a aplicação de multas de infração de trânsito – entre as cobranças mais lembradas, cabe destacar as aplicadas a figuras destacadas como um governador do território e um padre:

Eu nunca cheguei a ver ele fardado, o que eu lembro são as histórias que ele contava. Que ele foi guarda territorial aqui em Porto Velho, ele dizia que o guarda territorial exercia várias funções: o serviço de bombeiro, de guarda de trânsito, é... de polícia. Ele contou que certa

vez, prendeu um suspeito de... espião nazista, né? Ele contou isto. Inclusive levou ele, o rapaz, foi no cavalo e ele foi puxando o cavalo, né? Pra... pra cadeia, levando o rapaz esse espião. Ele tava infermo, ele tava doente o... esse suspeito tava doente. Também ele contava que como guarda de trânsito ele multou o governador, não lembro o nome do governador, e também multou um padre. O governador até quis se justificar, ele falou: "Eu sou o Governador, eu não posso... ser multado." Ele falou: "O senhor tem que ser o exemplo!" Ele dizia que o... o guarda quando multava, o pagamento da multa era feito na hora. E também ele contou que... é... fez uma operação na... de bombeiro... de incêndio... ele falou que houve um incêndio onde hoje é o colégio... das freiras, né? Auxiliadora. [...] Ele enfrentou um incêndio que teve lá. Ele disse que enfrentou um incêndio na época. (Entrevista com Abraão Fernandes de Lima, por Aquilla Isaac Alves Prado Carmo Fernandes de Lima, Porto Velho, 27/06/2025).

Quando perguntado sobre os outros guardas e colegas de trabalho em geral de Antonio, os entrevistados oferecem versões dispersas. Maria Leandra afirma não se lembrar de ter conhecido outros guardas pela cidade, porém Maria Fernandes e Abraão recordam nomes soltos como Tiago e Anjos, ou figuras que, entre visitas em casa ou anedotas, ora acaba por não lembrar dos nomes devido ao passo do tempo.

Conheci um, que era muito amigo dele, que ia sempre a visitá-lo em casa. Ele ia muito na casa do meu pai, não lembro o nome desse homem, mas eu o conheci. E conheci um outro que era da igreja... só que já... era sargento, mas a... mas agora até já esqueci o nome do homem também. Tinha uns dois... uns dois ou mais policial na igreja, sabe? Na Assembleia, né? Ah! Tinha o irmão Tiago que era... não lembro se era cabo ou sargento. Tinha o irmão Tiago... e tinha um outro que eu não lembro agora o nome dele também. Eles que iam à casa do meu pai, mas eu não lembro o nome dele. (Entrevista com Maria Fernandes dos Santos, por Aquilla Isaac Alves Prado Carmo Fernandes de Lima, Porto Velho, 21/06/2025).

Ao relatar as estórias engraçadas da família é que surgem as memórias sobre os outros guardas, colegas de Antonio Fernandes de Lima, assim como o conta Abraão:

Ele contou uma vez de um caso que foi até engraçado, porque tinha um soldado que se chamava Anjos, né? E esse... o Anjos ele... houve uma confusão, uma briga e o "policial Anjo" prendeu o... prendeu o rapaz que era da... que tava envolvido numa briga... só que no momento eu não lembro dos nomes, né? E foi engraçado porque ficou tipo uma... tipo uma comédia, né? (Entrevista com Abraão Fernandes de Lima, por Aquilla Isaac Alves Prado Carmo Fernandes de Lima, Porto Velho, 27/06/2025).

Abraão também nos aponta que as habilidades de seu pai como fotógrafo

foram ensinadas a outras pessoas de Porto Velho, como o Natal e o Lopes, ambos fotógrafos da cidade:

Aqui tinha um... o Natal Fotos, ele foi por vários anos o principal... a principal casa de fotografia, aqui de Porto Velho, o Natal. E foi meu pai que ensinou pra ele, os primeiros passos da fotografia, pra ele, como tirar foto, como revelar. E meu pai me deu pra ele uns materiais, vendeu uns materiais e deu pra ele também, uns materiais de fotografia. E também o Lopes, que também foi por muitos anos aqui em Porto Velho também, um dos principais fotógrafos daqui de Porto Velho. (Entrevista com Abraão Fernandes de Lima, por Aquilla Isaac Alves Prado Carmo Fernandes de Lima, Porto Velho, 27/06/2025).

Como narram as memórias do filho, o contexto social da época vivido por Antonio também o levou à tentativa de garimpar e, nessa experiência, teria conhecido um colega de garimpo, o Chico Torres, que teve sucesso ao encontrar um diamante:

E outro assunto, foi sobre... o garimpo, que meu pai trabalhou no garimpo de diamante e quem trabalhou junto com ele foi o... Chico Torres. E ele contava que o Chico Torres achou um diamante... e ele ia até engolir o diamante pra esconder, mas meu pai falou que não precisava pois ele já viu e não ia falar nada, não precisava. E o Chico Torres, se tornou o homem mais rico de Porto Velho, tendo aquele hotel... ali na... Jorge Teixeira, né? E outras propriedades que ele tinha. (Entrevista com Abraão Fernandes de Lima, por Aquilla Isaac Alves Prado Carmo Fernandes de Lima, Porto Velho, 27/06/2025).

Do mesmo modo que outros nomes da Guarda Territorial do Guaporé, que deixaram o Território Federal após suas aposentadorias (SILVA JUNIOR, 2021. p. 101) – como aconteceu com Milton Carvalho de Queiroz após sua reforma a general (MENEZES, 1980. p. 215) –, Antonio Fernandes de Lima, que passou tantos anos em duas guardas de distintos lugares da Amazônia, ficou fora de Rondônia por mais de vinte anos, entre finais dos anos 1960 e a década de 1980, apenas visitando alguns filhos que ficaram após 1985, quando já tinha se constituído o estado. Entretanto, residindo no estado de São Paulo, desempenhou suas funções religiosas – como já o fazia em Porto Velho –, ajudou a fundar um trabalho em São José dos Campos, no distrito de São Francisco Xavier, e, no final dos anos 80, retornou para Porto Velho como presbítero da Igreja Evangélica Assembleia de Deus. Dom Antonio viveu no estado até 2012, quando faleceu aos 95 anos e foi sepultado no Cemitério Santo Antônio.

CONCLUSÃO

Para a realização desta pesquisa, estabeleceu-se um diálogo entre a publicação de Menezes (1980) e as entrevistas com pessoas próximas do sujeito protagonista deste artigo. Assim, partindo da análise do livro “Retalhos para a História de Rondônia” como fonte e das memórias dos entrevistados, foi possível trazer outro fragmento da história do estado. Para a realização das entrevistas, foram abordadas metodologias da História Oral (THOMPSON, 2002), deixando entrever que as memórias familiares dessas pessoas se inserem no processo histórico do estado e confirmam como estão interligadas a tantas outras experiências de outros moradores que aqui se encontram, abrangendo desde as origens da ocupação da região por parte da União – em particular, quando ainda estruturava-se como território federal – até os dias atuais. Da mesma maneira, partindo do ponto de vista de um ciclo familiar, é possível observar que essas lembranças falam sobre as interações sociais e econômicas na região, norteando o vasto campo de outras milhares de histórias ainda não contadas, como linhas à espera da sua vez na costura da malha, para formar de maneira sólida a identidade do estado. Histórias individuais como a de Antonio Fernandes de Lima demonstram a necessidade do conhecimento sobre as histórias dos sujeitos e sujeitas do estado de Rondônia, que reluz na importância do trabalho do historiador e suas ações, como a de Dante Ribeiro da Fonseca ao tornar esse conhecimento acessível ao público não só da capital, como de todos os municípios, através de suas pesquisas e também o acervo doado ao CCDHM.

NOTA METODOLÓGICA

Com ênfase na revisão bibliográfica e história oral, a pesquisa realizou o levantamento de dados entre os meses de maio e junho de 2025, de forma presencial e virtual em visitas ao Centro Cultural de Documentação História e Memória do Judiciário de Rondônia, Portais da Câmara Federal, do Senado e do Portal Legislativo do Planalto. No material bibliográfico do acervo pesquisando por obras que me sugerissem um tema para realizar a pesquisa, foi o livro *Retalhos para a História de Rondônia*, de Esron Penha de Menezes, foi o escolhido. Utilizando os métodos defendidos por Thompson (2002) para a aplicação da história oral, foram realizadas entrevistas de forma presencial na casa dos entrevistados nos dias 14 e 27 de junho de 2025 e de modo virtual por chamada de vídeo, no dia 21 de junho de 2025, no caso da entrevistada que mora fora do estado, todas registradas em áudios.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Câmara dos Deputados. **Dossiê do Projeto de Lei nº 252, de 1955:** muda a denominação do Território Federal do Guaporé para Território Federal de Rondônia. Brasília, DF: Câmara dos Deputados, 1955. Documento datilografado. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarIntegra?cod_teor=1216849&filename=Dossie-PL%20252/1955>. Acesso em: 7 jun. 2025.

BRASIL. **Lei Complementar nº 41, de 22 de dezembro de 1981.** Dispõe sobre a criação do Estado de Rondônia. *Diário Oficial da União: seção 1*, Brasília, DF, 24 dez. 1981. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lcp/lcp41.htm. Acesso em: 7 jun. 2025.

BRASIL. **Lei nº 2.731 de 17 de fevereiro de 1956.** Muda a denominação do Território Federal do Guaporé para Território Federal de Rondônia. *Diário Oficial da União: coleção 4, p. 3057*, Brasília, DF, 21 fev. de 1956. Disponível em: <https://legis.senado.leg.br/norma/544552>. Acesso: 8 jun. 2025.

BRASIL. **Senado Federal.** Diário do Senado Federal, nº 24, sessão de 2 de fevereiro de 1956. *Diário do Senado Federal*, Brasília, DF, 3 fev. 1956. Disponível em: <https://legis.senado.leg.br/diarios/ver/12270?sequencia=12>. Acesso em: 7 jun. 2025.

CEARÁ (Estado). Lei Estadual nº 1.028, de 22 de julho de 1911. Eleva a povoação de Juazeiro à categoria de vila e sede municipal. *Assembleia Legislativa do Estado do Ceará*, 22 jul. 1911. Disponível em: https://intellgest-sigl-media.s3.amazonaws.com/media/sigg/public/normajurídica/1911/5017/lei_1028_de_1911.pdf. Acesso em: 22 jun. 2025.

LIMA, Reginâmio Bonifácio de; OGANDO, Luciana Pereira; NASCIMENTO, Débora Souza do (Orgs.). **Uma história do Acre em retalhos.** 3. ed. Rio Branco: Edufac, 2025. Disponível em: http://www2.ufac.br/editora/livros/Acreemretalhos_3ed_publicar.pdf.

LUQUE AZCONA, Emilio José. **La policía en la América hispana (1750–1820): posibilidades y perspectivas de estudio desde lo Glocal.** *Anos 90*, Porto Alegre, v. 30, 2023. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/anos90/article/view/129628>. Acesso em: 7 jun. 2025. DOI: 10.22456/1983-201X.129628.

MEIRELES, Denise Maldi. **Guardiães da fronteira: o rio Guaporé no século XVIII.** Petrópolis: Vozes, 1989. (Coleção Estudos Brasileiros, 46).

MENEZES, Esron Penha de. **Retalhos para a história de Rondônia.** Porto Velho, 1980.

OLIVEIRA, Sandra Sales de. **Guardas territoriais do Acre: memórias, sujeitos e esquecimentos.** Rio Branco: Universidade Federal do Acre (UFAC), 2013. (Dissertação) Disponível em: <https://sucupira-legado.capes.gov.br/sucupira/public/con>

[sultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=1259809](#). Acesso em: 14 jun. 2025.

SANTOS SILVA, Avacir Gomes dos. **Vale do Guaporé: território das espacialidades das culturas desviantes**. *Revista Labirinto*, São João del-Rei, ano XII, n. 16, p. 132–149, jun. 2012. ISSN 1519-6674. Dossiê “Cultura, resistência e sujeito”. Disponível em: <file:///C:/Users/aquil/Downloads/veronica,+Artigo+de+Avcir+Gomes+dos+Santos.pdf>

SILVA JUNIOR, Tarciso Pereira da. **A história dos heróis da terra de Rondon: a Guarda Territorial**. Cacoal: Print Impressões Gráficas, 2021.

SOUZA, Valdir Aparecido de. **Rondônia, uma memória em disputa** (197 f.). Assis: Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho" (UNESP), 2011 (Tese). Disponível em: <https://repositorio.unesp.br/server/api/core/bitstreams/99bbced-c-c735-4ecc-bd69-54ac18f85cf7/content>.

THOMPSON, Paul. História oral e contemporaneidade (Trad. de A. Zhouri e L. M. L. Pereira). *História Oral*, 5, 2002, p. 9-28.

VELLOSO, Mônica Pimenta. **Os intelectuais e a política cultural do Estado Novo**. Rio de Janeiro: Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil, Fundação Getúlio Vargas, 50)1987 p.). Disponível em: <<https://repositorio.fgv.br/server/api/core/bitstreams/92c64613-5f98-44b4-9c-5c-3ad53a89b38e/content>>. Acesso em: 28 mai 2025.